

mação, seminários e congressos, bem como na preparação e no acompanhamento da formação decorrente do intercâmbio de técnicos das administrações da União Europeia, tendo durante vários anos desempenhado funções na área da formação desta Direcção-Geral e exercido também nessa área e na dos recursos humanos as funções de subdirector-geral das Alfândegas de Timor, na qualidade de *deputy controller* das Nações Unidas;

- c) O seu comprovado conhecimento dos programas comunitários na área da qualificação profissional, concretamente dos programas *FISCALIS* e *Alfândega 2002*, tendo sido, durante vários anos, coordenador desses programas pela DGAIEC e tendo sido igualmente correspondente em Portugal da *EURODUANE*, no âmbito dos programas *TACIS* e *PHARE*;
- d) A formação profissional que possui na área do regime jurídico da função pública, em particular na área da gestão dos recursos humanos;
- e) A sua experiência como coordenador, enquanto responsável pelos programas de formação atrás referidos, mas também enquanto consultor das Nações Unidas nos serviços aduaneiros de Timor-Leste.

3 — Nestes termos, e de acordo com o estipulado nos n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o licenciado Jorge Henrique Martins Lopes, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de chefe de divisão de Gestão de Recursos Humanos e Formação, da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos.

4 — Anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

8 de Julho de 2005. — A Directora-Geral, *Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo*.

Nota curricular

Nome — Jorge Henrique Martins Lopes.

Currículo académico — licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em Outubro de 1982.

Formação profissional:

Detentor de vasta formação profissional, com frequência de diversos estágios, cursos e acções de formação, designadamente nas áreas aduaneira, de formação, de gestão e de línguas; Efectuou um estágio junto dos serviços da Comissão Europeia (DG TAXUD), durante seis semanas.

Currículo profissional:

Em 12 de Março de 1984, ingressou no quadro da DGAIEC na carreira técnica superior aduaneira, sendo actualmente verificador-assessor;

Exerceu funções em diversos serviços, quer ao nível dos serviços centrais, sendo aqui de destacar o serviço prestado na área da política agrícola comum, quer ao nível dos serviços periféricos, salientando-se as funções exercidas no Serviço de Despacho da ex-Alfândega da Lisboa;

Entre 16 de Setembro de 1996 e 15 de Março de 1998, prestou funções em Bruxelas, na Comissão Europeia, junto da unidade *Questions juridiques* da DG XIV, como perito nacional destacado;

Desde 15 de Março de 1998, está colocado na Divisão de Gestão de Recursos Humanos e Formação, sendo de relevar a sua participação, designadamente, na concepção e elaboração dos instrumentos jurídicos de avaliação de desempenho dos funcionários, agentes e dirigentes intermédios da DGAIEC, no grupo de trabalho de concepção do *e-learning*, no levantamento de necessidades de formação da DGAIEC e na elaboração e na execução do plano de formação;

De 15 de Junho de 2002 até 31 de Maio de 2004, prestou funções na ONU em Timor-Leste, tendo exercido o cargo de subdirector-geral das Alfândegas, responsável pelos Departamentos de Recursos Humanos e Financeiros, Formação, Serviço Jurídico e Organização.

Outras actividades:

Ponto de contacto dos programas comunitários *FISCALIS* e *Alfândega 2002*, até Junho de 2002;

Ponto de contacto do programa para os exercícios comunitários de *Benchmarking*;

Correspondente da *EURODOUANE* em Portugal. Desenvolveu os programas de formação e de apoio técnico da *EURODOUANE* no âmbito dos programas *TACIS* e *PHARE*;

Integrou a delegação portuguesa como representante da DGAIEC no *comité* de gestão «Mecanismo das trocas»;

Fez parte do grupo de peritos aduaneiros para a discussão do Código Aduaneiro Comunitário;

Foi representante da DGAIEC nos grupos de trabalho «Irregularidades do FEOGA», «Produtos transformados à base de frutas e produtos hortícolas (Comissão e Conselho)», «Questões agrimonetárias», «Alfândegas 2002», «Fiscalis», «Benchmarking» e «Eurodooune»;

Participou na redacção da versão portuguesa do vídeo sobre o Programa Comum de Formação do Trânsito Comunitário/Trânsito Comum;

Foi júri e coordenador do estágio de ingresso na carreira técnica superior aduaneira entre Junho de 2001 e 2002;

Foi formador em diversas acções de formação de âmbito aduaneiro;

Participou nos seguintes seminários:

«O papel da alfândega na aplicação da política agrícola comum» (Itália, Verona, Maio de 1994);

«Controlos físicos na exportação de produtos agrícolas passíveis do benefício de restituição» (Dinamarca, Helsingor, Junho de 1996);

«Análise de métodos de formação» (Alemanha, Münster, Julho de 1996);

«Desenvolvimento dos métodos de formação» (Áustria, Salzburg, Abril de 1998);

«Avaliação dos programas» (Dinamarca, Snekkersten, Outubro de 1999);

«Gestão dos programas comunitários» (Dinamarca, Helsingor, Junho de 2000);

«Maximização da eficácia do Programa Alfândega 2002» (Itália, Roma, Julho de 2000);

«Informação tecnológica na formação. O uso da Internet/intranet» (Finlândia, Lahti, Outubro de 2000).

Despacho n.º 17 446/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 2 do artigo 76.º e da alínea *a*) do artigo 52.º do Regime das Infracções Tributárias (RGIT), aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, delego no subdirector-geral, Dr. João Martins, e no director de serviços de gestão de recursos financeiros e materiais, Dr. Carlos Manuel da Silva Broega, a competência para a aplicação da coima reduzida prevista no artigo 30.º, conjugado com a alínea *p*) do n.º 2 do artigo 109.º do RGIT e com o n.º 12 do artigo 67.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo, nas situações de entrega do manifesto das bebidas espirituosas em violação do prazo fixado na portaria n.º 426-A/2005 (2.ª série), publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 1 de Abril de 2005.

26 de Julho de 2005. — A Directora-Geral, *Ana Maria Jordão Macedo*.

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 7293/2005 (2.ª série). — Por despacho da subdirectora-geral de 28 de Julho de 2005, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, são nomeados, precedendo concurso interno de acesso misto, na categoria de técnico superior assessor principal da área de gestão de recursos humanos, organização e documentação do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, ficando colocado nos Serviços Centrais, os seguintes elementos:

Quota n.º 1 — candidato vinculado à DGCI:

Técnico superior assessor Francisco Monteiro Rocha.

Quota n.º 2 — candidato de outro organismo:

Técnico superior assessor do Instituto de Reinserção Social Abel Sequeira Silva Teixeira.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Julho de 2005. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

Aviso (extracto) n.º 7294/2005 (2.ª série). — Nos termos do n.º 4 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, informa-se que o projecto de lista de classificação final do processo de progressão para o nível 2, do grau 4 das categorias de técnico de administração tributária e inspector tributário, aberto por aviso divulgado em 2 de Agosto de 2004, se encontra afixado nos serviços da Direcção-Geral dos Impostos.

Nos termos do n.º 1 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os candidatos poderão, no prazo de 10 dias úteis a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, dizer

por escrito o que se lhes oferecer, dirigindo as suas alegações ao presidente do júri do concurso, entregues pessoalmente, ou enviadas pelo correio, registadas, para a Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Rua do Comércio, 49, 3.º, 1149-017 Lisboa.

O projecto de lista de classificação final e a acta que define os critérios, bem como o processo do concurso, podem ser consultados, diariamente, das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e das 14 horas e 30 minutos às 17 horas, na Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Rua do Comércio, 49, 3.º, Lisboa.

29 de Julho de 2005. — Pelo Director de Serviços, o Chefe de Divisão de Recrutamento e Selecção, *Carlos Martins*.

Despacho (extracto) n.º 17 447/2005 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — Ao abrigo do disposto nos artigos 30.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, deogo nos chefes de finanças do ex-distrito da Horta, Região Autónoma dos Açores:

1 — No âmbito e para efeitos da modernização da justiça tributária, a competência para a aplicação das coimas, previstas no artigo 54.º do Regime Jurídico das Infracções Fiscais não Aduaneiras (RJFNA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 20-A/90, de 15 de Janeiro, e no artigo 52.º do Regime Geral das Infracções Tributárias (RGIT), aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Junho, relativamente às infracções cometidas no âmbito do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA); e

2 — Nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 492/88, de 30 de Dezembro, e do parecer n.º 132/2001, da Procuradoria-Geral da República, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 57, de 8 de Março de 2003, a competência para apresentar ou desistir de queixa, junto do Ministério Público, pela prática de crimes de emissão de cheques sem provisão emitidos a favor da Fazenda Pública.

A presente delegação de competências produz efeitos a partir de 1 de Julho de 2005, ficando por este meio ratificados todos os despachos proferidos sobre a matéria ora objecto de delegação de competências.

26 de Julho de 2005. — O Director de Finanças da Horta, *Alberto Manuel Crisóstomo de Medeiros Gonçalves*.

Direcção-Geral do Património

Aviso (extracto) n.º 7295/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 26 de Julho de 2005, nomeio Isabel Maria da Silva Caldeira Magalhães e Sandra Maria Ferreira da Silva, precedendo concurso e obtida confirmação de cabimento orçamental da 3.ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento, na categoria de técnica superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, com efeitos a partir da data da assinatura do termo de aceitação.

26 de Julho de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Maria Manuela Brandão*.

Inspecção-Geral de Finanças

Aviso n.º 7296/2005 (2.ª série). — Por despacho do subinspector-geral de Finanças, em substituição, de 1 de Agosto de 2005:

Carla Maria Marques Pereira Ferreira, técnica profissional de 2.ª classe — reclassificada na categoria de secretária de finanças de 2.ª classe, da carreira de técnico de finanças, do quadro da Inspecção-Geral de Finanças, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. Fica posicionada no escalão 1, índice 228, da escala indiciária constante do mapa 1, anexo ao Decreto-Lei n.º 536/99, de 13 de Dezembro, alterado pelo artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de Março. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Agosto de 2005. — O Subinspector-Geral, *José António Prates Viegas Ribeiro*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Despacho conjunto n.º 578/2005. — Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho do subdirector-geral da Administração Pública de 28 de Junho de 2005, foi Ana Maria Carvalho Simões

Soares da Costa afecta ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração Pública;

Considerando o interesse manifestado pelo Instituto Geográfico Português, I. P., na integração da referida funcionária no seu quadro de pessoal do ex-Instituto Geográfico e Cadastral:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determina-se:

1 — A integração da Ana Maria Carvalho Simões Soares da Costa em lugar a crescer automaticamente ao quadro de pessoal do ex-Instituto Geográfico e Cadastral, na seguinte situação jurídico-funcional:

Carreira — técnica superior;
Categoria — técnico superior de 2.ª classe;
Escalão/índice — 1/400.

2 — A integração produz efeitos reportados a 18 de Julho de 2005.

27 de Julho de 2005. — O Director-Geral da Administração Pública, em substituição, *José Canteiro*. — O Presidente do Instituto Geográfico Português, I. P., *Arménio dos Santos Castanheira*.

Despacho conjunto n.º 579/2005. — Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho do subdirector-geral da Administração Pública de 28 de Junho de 2005, foi Pedro Gonçalves Figueiredo Santana afecto ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração Pública;

Considerando o interesse manifestado pela Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território na integração do referido funcionário no seu quadro de pessoal:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determina-se:

1 — A integração de Pedro Gonçalves Figueiredo Santana em lugar a crescer automaticamente ao quadro de pessoal da Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território na seguinte situação jurídico-funcional:

Carreira — técnica superior;
Categoria — técnico superior de 2.ª classe;
Escalão/índice — 1/400.

2 — A integração produz efeitos a 18 de Julho de 2005.

28 de Julho de 2005. — O Director-Geral da Administração Pública, em substituição, *José Canteiro*. — Pelo Inspector-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Subinspector-Geral, *António Sequeira Ribeiro*.

Despacho conjunto n.º 580/2005. — Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho do subdirector-geral da Administração Pública de 28 de Junho de 2005, foi José Manuel Brites Sanches Salvado afecto ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração Pública;

Considerando o interesse manifestado pelo Instituto da Água na integração do referido funcionário no seu quadro de pessoal:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, determina-se:

1 — A integração de José Manuel Brites Sanches Salvado em lugar a crescer automaticamente ao quadro de pessoal do Instituto da Água, na seguinte situação jurídico-funcional:

Carreira — técnica superior;
Categoria — técnico superior de 2.ª classe;
Escalão/índice — 1/400.

2 — A integração produz efeitos a 18 de Julho de 2005.

29 de Julho de 2005. — O Director-Geral da Administração Pública, em substituição, *José Canteiro*. — O Presidente do Instituto da Água, *Orlando Borges*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Despacho conjunto n.º 581/2005. — Considerando que, ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril, e por despacho do subdirector-geral da Administração Pública de 28 de Junho de 2005, foi Paula Cristina Branco Cabrita Cunha afecta ao quadro transitório criado na Direcção-Geral da Administração Pública;